TL 6137

Timor Leste

A TERRA: 18.899 km². Situado entre a Austrália e a Indonésia, o território de Timor Leste compreende a parte leste da ilha de Timor, o enclave do Oe-Cussi situado na costa norte de Timor oeste, e ilha de Ataúro (25 km a norte de Díli) e o ilhéu de Jaco junto à ponta leste. De origem vulcânica, é planáltica na parte leste e muito acidentada nas regiões central e ocidental. A planície costeira sul é mais extensa do que a norte que frequentemente apresenta escarpas abruptas. O seu clima é tropical definindo-se uma estação chuvosa e uma estação seca.

O POVO: 740.000 habitantes em 1975; segundo um censo realizado pelo governo indonésio, o número de habitantes seria de 524.433 em 1979. O povoamento da ilha é de origem melanésia e malaia. Em 1975 viviam em Timor Leste cerca de 20.000 chineses provenientes de imigração neste século e 4.000 portugueses, dos quais três mil militares. Estima-se em mais de 200.000 o número de vítimas da ocupação colonial indonésia. Cerca de 7.500 timorenses refugiaram-se na Austrália e cerca de 2.500 em Portugal. **Densidade populacional:** 39 (1975). **Religião:** Dois terços da população pratica o culto animista e um terço aproximadamente o culto católico. **Idioma:** existem várias línguas, mas uma veicular, o *tetum*. Uma minoria fala também o português. **SAÚDE:** um médico para cada 32.000 habitantes (1975). **Estabelecimentos hospitalares:** 74 (1971). **Camas:** 1.590 (1971). **Mortalidade infantil:** 29,4 ‰ (1972).
EDUCAÇÃO: Até 1978 a FRETILIN manteve nas zonas libertadas um sistema organizado de educação para crianças e alfabetização de adultos. Existem poucos dados fornecidos pelos indonésios, havendo notícias sobre o ensino (primário), forçado, da língua indonésia nos principais centros populacionais. Alguns jovens de Timor Leste são canalizados para o ensino secundário na ilha de Java (Indonésia).

O ESTADO: República Democrática de Timor Leste. **Capital:** Díli. **Festa Nacional:** 28 de Novembro, independência (1975). **Poder político:** Conselho Revolucionário de Resistência Nacional presidido por Xanana Gusmão, Comandante-Chefe das Falintil e Comissário Político Nacional da Fretilin. As Nações Unidas continuam a considerar Portugal como «potência administrante» de Timor Leste, uma vez que não reconhecem a anexação pela Indonésia. **Forças Armadas:** FALINTIL (Forças Armadas para a Libertação de Timor Leste) conduzindo actualmente uma guerra de guerrilhas contra o opressor da sua pátria.

A ECONOMIA: Nada se sabe da actual economia de Timor Leste. A pesca e o petróleo são riquezas potenciais. Até 1975 o café era o principal produto de exportação. A balança de pagamentos era deficitária. A economia era essencialmente agrícola e a indústria era praticamente artesanal. Os dados estatísticos conhecidos são do ano de 1972:
Produção: arroz — 80.000 toneladas; mandioca — 120.000 toneladas; café — 5.000 toneladas e copra — 1.800 toneladas.
Importações: 7,2 milhões de dólares, das quais 80 % são bens de consumo e cerca de 20 % de bens de equipamento, provenientes de Portugal (27,7 %), Singapura (15 %), Austrália (14,0 %) e Macau (9,2 %). **Exportações:** 4 milhões de dólares, das quais café (90 %) e copra (6 %); **dirigidas para** EUA (33,8 %), Holanda (21,3 %), Dinamarca (15,0 %) e Portugal (7,2 %).

POUCO se sabe da história do povo maubere antes da chegada dos portugueses no século XVI. Nunca os colonialistas se dedicaram a esse tipo de estudos, como se os povos tivessem começado a existir quando foram «descobertos» pelos europeus.

Em 1859, Portugal e a Holanda repartiram entre si a ilha de Timor, ficando a parte oriental para os lusitanos, segundo um acordo ratificado em 1904. A população resistiu ao colonialismo e produziram-se insurreições armadas em 1719, em Cová, Cotubaba e Covalima; em 1895, em Manu Fahi, e uma revolta em 1959 que, como as restantes, foram afogadas em sangue. Aliás, a resistência passiva permitiu que sobrevivessem até hoje os valores culturais, apesar de toda a influência desnacionalizadora de cinco séculos de colonialismo. As florestas de madeiras preciosas, como o sândalo, foram arrasadas nos primeiros anos e logo substituídas pelo cultivo do café, no qual se baseia hoje a economia timor.

Superando o isolamento causado pela distância e pela repressão, em meados da década de 60 começaram a chegar a Timor as primeiras notícias da luta dos movimentos de libertação nas colónias portuguesas em África. Estudantes timorenses iniciam, em Lisboa, contactos com o PAIGC, o MPLA e a FRELIMO, assimilando as experiências destas organizações para as adaptar à sua realidade. Quando se dá a Revolução dos Cravos, em Portugal, a 25 de Abril de 1974, os patriotas aproveitam as condições políticas criadas pela queda do regime colonial-fascista para se organizarem na Associação Social-Democrática de Timor Leste (ASDT).

O governo português prometeu a independência, mas surgiram de imediato dois grupos oportunistas, a União Democrática Timorense, organizada para apoiar a tese neocolonialista de uma «federação» com Portugal, e a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI) que propunha a integração na Indonésia.

Perante este desafio, a ASDT respondeu aprofundando as suas definições e transformando-se, a 10 de Setembro de 1974, na Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN). Em Agosto de 1975, a UDT tenta um golpe de Estado, contra o qual, a 15 do mesmo mês, a FRETILIN proclama a insurreição geral armada. As unidades do exército colonial em Timor colocam-se ao lado da Frente de Libertação, a administração portuguesa abandona o país e, controlando todo o território, a 28 de Novembro de 1975 a FRETILIN declara a independência, criando a República Democrática de Timor Leste.

Dez dias depois, a 7 de Dezembro de 1975, a Indonésia invade o território. Poucas horas antes o presidente norte-

PARTIDOS POLÍTICOS: Fren
1970 surge o primeiro núc
1974 União Democrática de
nutenção dos laços com Port
Associação Popular Democrá
Indonésia.

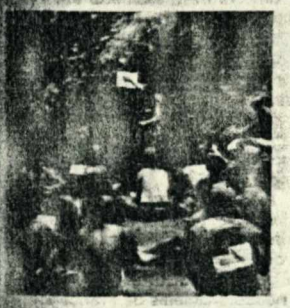
americano Gerald Ford
Jacarta, onde segurame
plano expansionista de S
TILIN viu-se obrigada a re
Díli, e dos portos mais im
foram submetidos a um i
deamento. Manteve at
1979 o controlo de 85
do país, onde vive mais
pulação, que organiza pa
dução e o estudo.

Entretanto, a 2 de Ju
uma chamada «Assemb
constituída por membr
APODETI, aprovou a cor
em província da Indonés
ção não foi reconhecida
Descolonização das Naçõ
ra o qual Portugal contin
malmente a potência co
blica Democrática de Ti

PARTIDOS POLÍTICOS: Frente para a Libertação de Timor Leste Independente (FRETILIN). Em 1970 surge o primeiro núcleo clandestino independentista. Consolida-se definitivamente em 1974. União Democrática de Timor (UDT), criada em Maio de 1974, moderada, partidária da manutenção dos laços com Portugal e de um processo gradual de independência. Juntamente com a Associação Popular Democrática de Timor (APODETI) apoiaram a anexação da ilha por parte da Indonésia.

O Presidente do Conselho Revolucionário da Resistência Nacional, Xanana Gusmão

9 anos de resistência contra um exército invasor de 40 mil homens — a determinação dum povo pela sua independência



OUCO se sabe da história do povo maubere antes da chegada dos portugueses no século XVI. nca os colonialistas se dedicaram a e tipo de estudos, como se os povos essem começado a existir quando fo- «descobertos» pelos europeus.

m 1859, Portugal e a Holanda repar- m entre si a ilha de Timor, ficando a te oriental para os lusitanos, segundo acordo ratificado em 1904. A popu- ão resistiu ao colonialismo e pro- iram-se insurreições armadas em 19, em Cová, Cotubaba e Covalima; 1895, em Manu Fahi, e uma revolta 1959 que, como as restantes, fo- afogadas em sangue. Aliás, a resis- cia passiva permitiu que sobrevives- até hoje os valores culturais, apesar toda a influência desnacionalizante cinco séculos de colonialismo. As flo- tas de madeiras preciosas, como a ndalo, foram arrasadas nos primeiros os e logo substituídas pelo cultivo de é, no qual se baseia hoje a economia or.

Superando o isolamento causado pela tância e pela repressão, em meados década de 60 começaram a chegar a nor as primeiras notícias da luta dos vimentos de libertação nas colónias rtuguesas em África. Estudantes ti- prenses iniciam, em Lisboa, contactos m o PAIGC, o MPLA e a FRELIMO, as- milando as experiências destas organi- ções para as adaptar à sua realidade. ando se dá a Revolução dos Cravos, Portugal, a 25 de Abril de 1974, os triotas aproveitam as condições polí- s criadas pela queda do regime ional-fascista para se organizarem na ssociação Social-Democrática de Ti- r Leste (ASDT).

O governo português prometeu a in- pendência, mas surgiram de imediato s grupos oportunistas, a União De- crática Timorense, organizada para oiar a tese neocolonialista de uma ederação» com Portugal, e a Associa- o Popular Democrática Timorense PODETI) que propunha a integração Indonésia.

Perante este desafio, a ASDT respon- u aprofundando as suas definições e ansformando-se, a 10 de Setembro de 974, na Frente Revolucionária de Ti- or Leste Independente (FRETILIN). Em gosto de 1975, a UDT tenta um golpe Estado, contra o qual, a 15 do mes- o mês, a FRETILIN proclama a insurrei- o geral armada. As unidades do exér- o colonial em Timor colocam-se ao la- da Frente de Libertação, a adminis- ação portuguesa abandona o país e, já ntrolando todo o território, a 28 de ovembro de 1975 a FRETILIN declara independência, criando a República emocrática de Timor Leste.

Dez dias depois, a 7 de Dezembro de 975, a Indonésia invade o território ucas horas antes o presidente norte-americano Gerald Ford tinha visitado Jacarta, onde seguramente aprovou o plano expansionista de Suharto. A FRETILIN viu-se obrigada a retirar da capital, Dili, e dos portos mais importantes, que foram submetidos a um intenso bombardeamento. Manteve até meados de 1979 o controlo de 85% do território do país, onde vive mais de 90% da população, que organiza para a luta, a produção e o estudo.

Entretanto, a 2 de Junho de 1976, uma chamada «Assembleia do Povo», constituída por membros da UDT e APODETI, aprovou a conversão do país em província da Indonésia. Esta anexação não foi reconhecida pelo Comité de Descolonização das Nações Unidas, para o qual Portugal continuará a ser formalmente a potência colonial. A República Democrática de Timor Leste, por seu lado, mantém já relações diplomáticas com quinze países, e, em simultâneo com a luta no interior do país, desenvolve um intenso trabalho político no exterior.

Especialmente desde 1980, a diocese de Dili tem denunciado o genocídio e a fome criados pela ocupação estrangeira. As homilias e declarações de Mons. Martinho Lopes, Administrador Apostólico da Diocese, têm grande audiência interna e externa, o que levou a Indonésia a exercer pressões junto da hierarquia católica para obter a sua demissão (conseguida em Maio/83). Contudo, a maior parte do clero, nos últimos anos, mantém-se activamente do lado do povo maubere, fazendo da Igreja local um espaço importante na luta contra o invasor. Também organizações católicas como a Pax Romana e a Pax Christi, apesar do silêncio do Vaticano sobre a questão timorense, têm tido papel importante na denúncia e combate internacional à agressão indonésia.

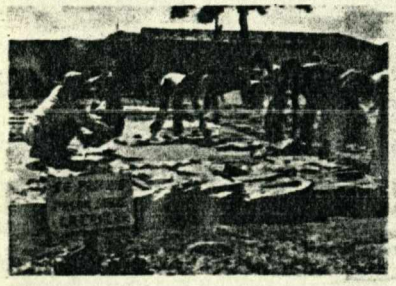
Face à reorganização e crescente agressividade das Falintil, o exército indonésio conduziu durante a época seca de 1981 nova operação de cerco e aniquilamento que se saldou por um rotundo fracasso. 1982 caracteriza-se por uma contra-ofensiva da FRETILIN em todo o país com ocupações temporárias de várias vilas. No início de 1983, Xanana Gusmão, comandante-em-chefe das Falintil, anuncia uma grande ofensiva envolvendo 2.500 guerrilheiros; são temporariamente ocupadas diversas zonas em todo o país. Esta ofensiva, conjugada com a resistência civil, leva alguns generais indonésios a encararem a hipótese de uma solução política (por oposição à militar) para a situação em Timor Leste.

É assim que a Indonésia enceta conversações preliminares com a FRETILIN, em território libertado e sob a bandeira da RDTL, em 23/3/83, seguindo-se um cessar-fogo que durou cinco meses. É um período que a FRETILIN aproveita para romper o apertado cerco que isola a ilha do mundo exterior; reforça o trabalho com as populações (ensino, agricultura, organização local, etc.). Em breve se torna claro que também a via da negociação política contribui para o reforço da resistência e que não é possível corromper a FRETILIN. Esta, durante o cessar-fogo, conjuga a luta externa e interna de forma mais eficaz propondo um plano de paz que inclui: conversações entre Portugal, Indonésia, Austrália, e FRETILIN, retirada total das forças de ocupação: acto de autodeterminação — tudo sob os auspícios da ONU. Contudo, Portugal ignora passivamente a proposta e deixa todo o campo aberto à ofensiva diplomática indonésia. Perante este quadro, os generais indonésios decidem quebrar o cessar-fogo e lançam uma ofensiva militar (Agosto/83) que pretendia aniquilar a resistência até Outubro/83 — mas que tem fracassado mês após mês.

A ocupação de Timor Leste consta, desde Dezembro de 1975, da agenda da Assembleia Geral da ONU com sistemáticas condenações até hoje. No entanto, os termos das moções vêm sendo atenuados à medida que aumentam as abstenções e diminuem os votos favoráveis. Portugal, caracterizado como Estado administrante, deixou perder sucessivas oportunidades de intervenção enquanto a diplomacia indonésia tudo tem feito para que a questão seja apagada da agenda da Assembleia Geral da ONU e da sua Comissão de Descolonização.

No decurso de 1984 assiste-se a sucessivos fracassos militares da Indonésia, já desmoralizada internamente com os efeitos da guerra de ocupação que ela própria promove. Com efeito, a resistência da população maubere, massacrada e duramente reprimida, lutando contra um exército de 40 mil homens, prova bem a sua determinação em conquistar a independência.

PAÍSES	Demografia			Economia					
	População em milhares (1982)	Densidade populacional (1982)	Taxa de actividade (1981)	PIB per capita em dólares dos EUA (1982)	Taxa de crescimento do PIB per capita (1979/80)	Taxa de acumulação (1978/80)	Propensão média ao consumo (1978/80)	Consumo per capita (1982)	Saldo da balança comercial em milhões de dólares (1982)	Taxa de cobertura Ex/M (1982)
Nova Zelândia	3.160	11	0,40	8.228	0,0	0,18	0,61	5.019	−231	0,96
Oman	920	4,5	0,26	5.926a	–	0,25	0,22	1.304a	1.426	1,53
Palestina	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Panamá	2.040	25,8	0,34	2.688	2,1	0,23	0,60	1.613	−1.201	0,24
Papua-Nova Guiné	3.090	6,8	0,49	840a	0,3a	0,27	0,75	630a	−462	0,61
Paquistão	87.130	108	0,31	317	2,4	0,16	0,83	263	−3.100	0,43
Paraguai	3.370	8,3	0,32	1.474	7,8	0,27	0,74	1.090	−400	0,450
Perú	18.790	14,6	0,30	1.573	0,3	0,16	0,68	1.070	−371	0,9
Polónia	36.230	116	0,56	3.900	−6,8	0,18	0,73	2.847	1.000	1,09
Porto Rico	3.790	425	0,33	3.113a	−1,7	0,14	0,83	2.584a	−2.282a	0,76a
Portugal	10.030	109	0,39	2.281	4,5	0,31	0,72	1.642	−5.351	0,44
Qatar	260	22,5	0,35	20.150a	2,7	–	–	–	2.407	2,25
Quénia	17.860	29,4	0,38	403	−3,7	0,21	0,66	266	−619	0,62
Reino Unido	55.780	229	0,47	8.368	−1,5	0,18	0,60	5.021	−2.500	0,97
República Centro-Africana	2.410	3,9	0,54	300b	−5,2	0,14	0,70	210b	48	1,55
República Dominicana	5.740	117,5	0,26	1.313	1,6a	0,23	0,74	972	−446,9	0,64
Reunião	509	202	0,31	3.830b	2,6	0,18	0,81	3.102b	−634,9a	0,15a
Roménia	22.640	94,8	0,55	2.340	2,3	0,34	–	1.497	2.475	1,30
Ruanda	5.110	194	0,52	200	0,7	0,12	0,83	166	−44	0,77
Salomão	250	8,6	–	640a	–	–	–	–	−1,2	0,98
Samoa	160	56,3	0,24	500b	–	–	–	–	−72	0,2
Santa Lúcia	124	200	0,28	887	–	0,44	0,63	559	−76	0,36
S. Cristovão-Nevis	44	170	–	920	1,3	0,1	0,77	708	–	–
S. Marino	20	344	0,27	–	–	–	–	–	–	–
S. Tomé e Príncipe	87	88,5	–	490b	1,3	–	–	–	–	–
S. Vicente e Granadinas	98a	288a	0,29	612a	−9,7a	0,25	1,13	690a	−41	0,28
Sara	1.000	1	–	–	–	–	–	–	–	–
Senegal	5.970	30,4	0,41	403	−8	0,15	0,77	239	−618a	0,40a
Serra Leoa	3.670	51	0,37	311	0,8	0,15	0,91	216	39a	1,16
Seychelles	64	240	0,30	1.770b	3,5	0,32	0,63	1.115b	−82,9	0,15
Singapura	2.470	4.259	0,40	5.536	8,9	0,39	0,58	3.200	−7.379	0,74
Síria	9.660	51	0,25	1.388b	5,7	0,25	0,67	930b	−2.348	0,40
Somália	5.120	8,2	0,38	103	−3,5	0,16	0,78	80	−68	0,73
Sri Lanka	15.190	233	0,35	324	3,9	0,31	0,78	250	−706	0,58
Suazilândia	590	33,4	0,45	760a	3,9	0,22	0,49	370a	−196a	0,66a
Sudão	19.450	7,8	0,31	488	0,4	0,11	0,83	349	−786	0,39
Suécia	8.330	18,5	0,44	11.840	1,6	0,19	0,54	7.030	−888	0,97
Suíça	6.480	157	0,50	15.450	4,2	0,23	0,62	11.522	−2.670	0,91
Suriname	410	2,5	0,25	2.860	−5,4a	0,23	0,43	1.080	6	1,01
Tailândia	48.490	96	0,45	785	3,4	0,26	0,64	442	−1.600	0,81
Tanzania	19.110	19,6	0,41	311	0,4	0,20	0,78	240	−583	0,49
Timor Leste	772	52	0,30	–	–	–	–	–	–	–
Togo	2.750	48,3	0,41	410c	−1,0	0,48	0,65	267c	−253	0,58
Tonga	101	134,6	–	520b	7,1	0,25	0,96	499b	−22	0,24
Trindade e Tobago	1.200	234	0,38	4.248	4,4	0,24	0,63	2.676	−191	0,94
Tunísia	6.670	40,8	0,24	1.293	4,4	0,28	0,60	776	−1.472,6	0,57
Turquia	46.310	60	0,41	1.122	−2,3	0,19	0,69	774	−2.900	0,667
Tuvalu	8	307,7	0,13	500	–	–	–	–	−2	0,33
Uganda	14.060	57,7	0,41	280b	−9,8b	0,16	0,88	246b	−60	0,84
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas	270.020	12,1	0,47	4.550b	2,7	0,23(1)	0,75(2)	3.412b	−3.200	0,96
Uruguai	2.950	0,7	0,39	3.045	5	0,17	0,77	2.345	15	1,01
Vaticano	0,7	1.591	–	–	–	–	–	–	–	–
Vunuatu	126	8,6	0,44	530a	–	–	–	–	−12,4	0,69
Venezuela	14.710	16,2	0,31	2.817	−1,2	0,25	0,55	1.549	5.870	1,46
Vietname	56.210	171	0,45	170	–	–	–	–	−687a	0,38a
Yémen Democrático	2.090	6,3	0,26	420	1	–	–	–	−675	0,04
Yémen do Norte	6.080	31,1	0,28	469	−0,9	0,35	1,07	502	−1.660,3a	0,02a
Zaire	29.950	12,4	0,42	170	−2,1	0,34	0,69	117	53	1,10
Zâmbia	6.160	8,2	0,36	549	−3,7	0,22	0,54	296	215,7	1,26
Zimbabwe	7.930	20,1	0,33	869	10,2	0,14	0,68	590	−149,4	0,90

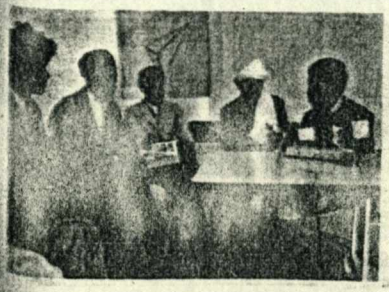


Todos teriam tecto se cada um construísse o seu próprio lar

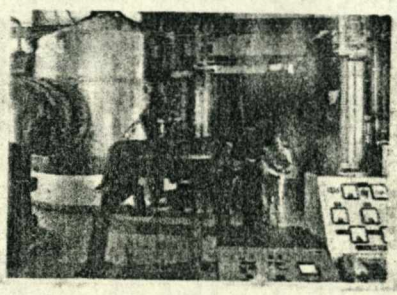
acumu-	Propensão média ao consumo (1978/80)	Consumo per capita (1982)
8/80)		
18	0,61	5.019
25	0,22	1.304a
–	–	–
23	0,60	1.613
27	0,75	630a
16	0,83	263
27	0,74	1.090
16	0,68	1.070
18	0,73	2.847
14	0,83	2.584a
31	0,72	1.642
–	–	–
21	0,66	266
18	0,60	5.021
14	0,70	210b
23	0,74	972
18	0,81	3.102b
34	–	1.497
12	0,83	166
–	–	–
–	–	–
44	0,63	559
1	0,77	708
–	–	–
–	–	–
25	1,13	690a
–	–	–
15	0,77	239
15	0,91	216
32	0,63	1.115b
39	0,58	3.200
25	0,67	930b
16	0,78	80
31	0,78	250
22	0,49	370a
11	0,83	349
19	0,54	7.030
23	0,62	11.522
23	0,43	1.080
26	0,64	442
20	0,78	240
–	–	–
48	0,65	267c
25	0,96	499b
24	0,63	2.676
28	0,60	776
19	0,69	774
–	–	–
0,16	0,88	246b
0,23(1)	0,75(2)	3.412b
0,17	0,77	2.345
–	–	–
–	–	–
0,25	0,55	1.549
–	–	–
–	–	–
0,35	1,07	502
0,34	0,69	117
0,22	0,54	296
0,14	0,68	590

Posição Face ao Exterior							PAÍSES
Saldo da balança comercial em milhões de dólares (1982)	Taxa de cobertura Ex/M (1982)	Grau de abertura ao exterior Ex+M/(2*PIB) (1982)	Dívida externa em milhões de dólares (1982)	Reservas totais em milhões de SDR's (1982)	Relação Dívida externa PIB (1982)	Reservas em ouro em milhões de SDR's (Dez. 1983)	
–231	0,96	0,218	–	577	–	0,02	Nova Zelândia
1.426	1,53	0,618	556	1.283	0,105	0,29	Oman
–	–	–	–	–	–	–	Palestina
–1.201	0,24	0,182	2.368	92	0,443	–	Panamá
–462	0,61	0,361	613	315	0,236	0,06	Papua-Nova Guiné
–3.100	0,43	0,139	11.900	943	0,43	1,86	Paquistão
–400	0,450	0,108	839a	620	0,171a	0,04	Paraguai
–371	0,9	0,115	6.300	1.271	0,213	1,4	Perú
1.000	1,09	0,087	100.200	–	0,721	–	Polónia
–2.282a	0,76a	0,694a	–	–	–	–	Porto Rico
–5.351	0,44	0,298	–	1.179	–	20,44	Portugal
2.407	2,25	0,630	–	382	–	1,02	Qatar
–619	0,62	0,193	2.800	195	0,405	0,08	Quénia
–2.500	0,97	0,21	–	11.904	–	19,01	Reino Unido
48	1,55	0,165	210a	42	0,309	–	República Centro-Africana
–446,9	0,64	0,136	1.500a	120	0,2	0,08	República Dominicana
–634,9a	0,15a	0,215a	–	–	–	–	Reunião
2.475	1,30	0,182	8.800	532	0,169	3,58	Roménia
–44	0,77	0,163	170q	116	0,163a	–	Ruanda
–1,2	0,98	0,369	12	38	0,08	–	Salomão
–72	0,2	0,675	57	3	0,713	–	Samoa
–76	0,36	0,727	17	7	0,155	–	Santa Lúcia
–	–	–	–	–	–	–	S. Cristovão-Nevis
–	–	–	–	–	–	–	São Marino
–	–	–	–	–	–	–	S. Tomé e Príncipe
–41	0,28	0,608	–	4	–	–	S. Vicente e Granadinas
–	–	–	–	–	–	–	Sara
–618a	0,40a	0,301	953	11	0,396	0,03	Senegal
39a	1,16	0,226	346a	8	0,304a	–	Serra Leoa
–82,9	0,15	0,443	60	12	0,50	–	Seychelles
–7.379	0,74	1,787	1.320a	7.687	0,096	–	Singapura
–2.348	0,40	0,215	2.337b	209	0,181	–	Síria
–68	0,73	0,409	940	7	1,74	0,02	Somália
–706	0,58	0,271	1.588	321	0,324	0,06	Sri Lanka
–196a	0,66a	1,086a	161a	69	0,366a	–	Suazilândia
–786	0,39	0,094	6.700	19	0,705	–	Sudão
–888	0,97	0,276	–	3.397	–	6,07	Suécia
–2.670	0,91	0,285	–	16.930	–	83,28	Suíça
6	1,01	0,428	20	161	0,017	0,05	Suriname
–1.600	0,81	0,206	5,8	1.481	0,155	2,49	Tailândia
–583	0,49	0,147	2.500	4	0,435	–	Tanzania
–	–	–	–	–	–	–	Timor Leste
–253	0,58	0,461	860b	152	0,843b	0,01	Togo
–22	0,24	0,360	–	–	–	–	Tonga
–191	0,94	0,652	780	2.794	0,153	0,05	Trindade e Tobago
–1.472,6	0,57	0,313	4.600	556	0,535	0,19	Tunísia
–2.900	0,667	0,138	20.000	969	0,381	3,77	Turquia
–2	0,33	0,50	–	–	–	–	Tuvalu
–60	0,84	0,093	590	13b	0,157	–	Uganda
–3.200	0,96	0,068(1)	8.000	–	0,007(1)	–	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
15	1,01	0,114	1.639a	205	0,182	2,60	Uruguai
–	–	–	–	–	–	–	Vaticano
–12,4	0,69	0,77	–	–	–	–	Vanuatu
5.870	1,46	0,380	30.000	6.365	0,723	11,46	Venezuela
–687a	0,38a	–	–	–	–	–	Vietname
–675	0,04	0,936	639	261	0,789	0,04	Yémen Democrático
–1.660,3a	0,02a	0,306	1.094	503	0,385	0,01	Yémen do Norte
53	1,10	0,108	4.500	128	0,90	0,43	Zaire
215,7	1,26	0,283	2.294a	60	0,681	0,22	Zâmbia
–149,4	0,90	0,198	1.030	141	0,151	0,59	Zimbabwe

(*) em milhões
(1) relacionamento com o PNB
(2) relacionamento com o PSB



...as teriam tecto se cada um ...struísse o seu próprio lar



O desenvolvimento de uns depende da cooperação de todos

Economia